

Aula 40 – O Papel da Mulher na Paz e Segurança (Agenda 1325)

Bem-vindo(a) à Aula 40 do Curso de Análise de Conflitos Globais! Sabemos que seu dia pode ter sido longo, mas a jornada que vamos iniciar agora é crucial para entender as dinâmicas de paz e segurança em nosso mundo complexo. Imagine que, por muito tempo, a construção da paz foi vista como um trabalho quase exclusivamente masculino, conduzido em salas de negociação onde a voz feminina raramente era ouvida. No entanto, a realidade dos conflitos e a sustentabilidade da paz nos mostram uma verdade diferente e urgente.

Nesta aula, vamos desvendar por que a participação das mulheres não é apenas uma questão de justiça, mas uma necessidade estratégica para a paz duradoura. Você será capaz de compreender a importância da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, um marco que mudou a forma como o mundo enxerga o papel das mulheres em cenários de conflito e pós-conflito. Além disso, exploraremos como a participação feminina é vital nos processos de paz e como a violência sexual, usada como arma de guerra, é um desafio que precisa ser combatido com urgência.

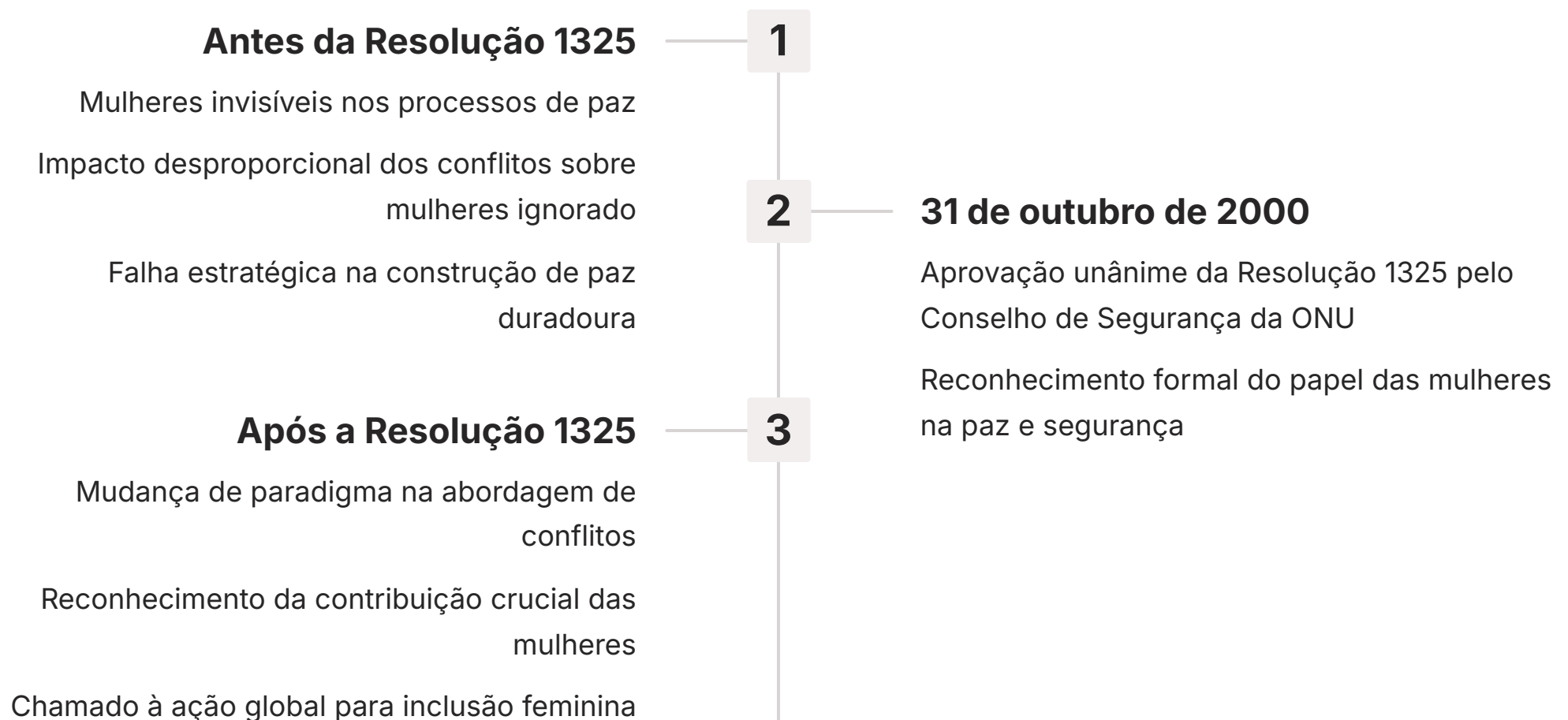
Ao final desta aula, você não apenas terá cumprido uma etapa importante para suas horas complementares ou para sua preparação em concursos públicos, mas também terá uma visão aprofundada sobre como a inclusão e a proteção das mulheres são pilares fundamentais para a segurança global. Prepare-se para conectar o que você já sabe sobre conflitos com uma perspectiva que, por muito tempo, foi subestimada, mas que hoje se mostra indispensável.

A Resolução 1325: Um Marco Necessário para a Paz

Por décadas, quando pensávamos em guerras e acordos de paz, a imagem que vinha à mente era a de líderes militares e políticos, quase sempre homens, sentados à mesa de negociações. As mulheres, embora frequentemente as mais afetadas pelos conflitos – seja como vítimas de violência, deslocadas ou chefes de família em ruínas –, eram largamente invisíveis nos processos de tomada de decisão que moldariam seu futuro. Essa lacuna não era apenas uma injustiça social, mas uma falha estratégica que comprometia a eficácia e a durabilidade dos esforços de paz.

Imagine um time de futebol que tenta vencer uma partida importante usando apenas metade dos seus jogadores mais talentosos. Por mais que se esforcem, a ausência da outra metade, com suas habilidades e perspectivas únicas, inevitavelmente enfraquece a equipe e diminui suas chances de sucesso. No contexto da paz e segurança, a exclusão das mulheres representava exatamente isso: uma perda imensa de potencial, conhecimento e resiliência que poderia fortalecer a construção de sociedades mais estáveis e justas.

Foi nesse cenário de reconhecimento de uma falha sistêmica que, em 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou unanimemente a Resolução 1325. Este documento histórico não foi apenas uma declaração de princípios; ele representou uma mudança de paradigma, reconhecendo formalmente o impacto desproporcional dos conflitos armados sobre mulheres e meninas, e a contribuição crucial que as mulheres podem e devem dar para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, bem como para a construção da paz. A 1325 não é apenas um número; é um chamado à ação global.



Pilares da Resolução 1325 em Detalhe: Uma Estrutura para a Ação

A Resolução 1325 não é um documento genérico; ela é estruturada em torno de pilares de ação claros, que visam transformar a retórica em realidade. Pense nela como uma casa sólida, onde cada pilar sustenta o telhado da paz e segurança. Se um pilar estiver fraco, toda a estrutura fica comprometida. Esses pilares orientam os Estados-membros da ONU, as organizações internacionais e a sociedade civil na implementação da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS).

O primeiro pilar é a **Participação**. Ele exige que as mulheres sejam incluídas em todos os níveis de tomada de decisão sobre paz e segurança, desde negociações de paz e mediação até operações de manutenção da paz e governança pós-conflito. Não se trata apenas de ter uma mulher na sala, mas de garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas consideradas. O segundo pilar é a **Proteção**, que foca na proteção de mulheres e meninas contra a violência baseada em gênero, incluindo a violência sexual, em situações de conflito armado. Reconhece que a violência contra mulheres é uma tática de guerra e deve ser combatida.

O terceiro pilar, **Prevenção**, busca abordar as causas profundas dos conflitos e da violência contra as mulheres, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como estratégias de prevenção de conflitos. Por fim, o pilar de **Socorro e Recuperação** (ou Reabilitação e Reconstrução) garante que as necessidades específicas de mulheres e meninas sejam atendidas em contextos humanitários e de reconstrução pós-conflito, promovendo sua participação na recuperação e no desenvolvimento sustentável. Juntos, esses pilares formam uma abordagem abrangente para integrar a perspectiva de gênero na paz e segurança.

Participação

- Inclusão de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão
- Representação em negociações de paz e mediação
- Presença em operações de manutenção da paz
- Voz ativa na governança pós-conflito

Proteção

- Proteção contra violência baseada em gênero
- Combate à violência sexual como tática de guerra
- Garantia de segurança física e psicológica
- Acesso à justiça para sobreviventes

Prevenção

- Abordagem das causas profundas dos conflitos
- Promoção da igualdade de gênero
- Empoderamento feminino como estratégia preventiva
- Educação e conscientização

Socorro e Recuperação

- Atendimento às necessidades específicas de mulheres
- Participação feminina na reconstrução
- Desenvolvimento sustentável inclusivo
- Reintegração de mulheres afetadas por conflitos

A Importância da Participação Feminina em Processos de Paz

Você já parou para pensar por que algumas negociações de paz parecem mais duradouras do que outras? Muitas vezes, a resposta está na diversidade das vozes presentes à mesa. Por muito tempo, a ausência das mulheres nos processos de paz foi justificada pela ideia de que a guerra e a paz eram assuntos de "homens", ou que as mulheres não tinham a experiência necessária. Essa visão limitada ignorava não apenas a realidade do impacto dos conflitos, mas também o vasto conhecimento e as habilidades que as mulheres trazem para a resolução de disputas.

Imagine que você está tentando resolver um problema complexo em sua comunidade, como a falta de água. Se você ouvir apenas os engenheiros, terá uma solução técnica. Mas se você incluir as mães, os agricultores, os idosos e as crianças, você terá uma compreensão muito mais completa das necessidades, dos desafios diários e das soluções práticas que realmente funcionarão para todos. Da mesma forma, a participação feminina em processos de paz não é apenas uma questão de representatividade; é uma estratégia comprovada para alcançar acordos mais inclusivos, sustentáveis e eficazes.

Estudos mostram que acordos de paz que incluem mulheres como negociadoras, mediadoras ou signatárias têm uma probabilidade significativamente maior de durar mais de 15 anos. Isso ocorre porque as mulheres frequentemente trazem perspectivas mais amplas, focando em questões sociais como saúde, educação e justiça, que são cruciais para a estabilidade pós-conflito. Elas também tendem a ser mais colaborativas e a construir pontes entre diferentes facções, o que é essencial para a reconciliação. A inclusão feminina transforma a paz de um mero cessar-fogo em um projeto de construção social duradouro.

Por que a participação feminina fortalece os processos de paz?

Perspectivas mais amplas: Mulheres frequentemente trazem à mesa questões sociais como saúde, educação e justiça, essenciais para a estabilidade a longo prazo.

Abordagem colaborativa: Tendência a construir pontes entre diferentes facções, facilitando a reconciliação.

Conhecimento comunitário: Compreensão profunda das necessidades locais e dos impactos do conflito no cotidiano.

Durabilidade comprovada: Acordos com participação feminina têm maior probabilidade de durar mais de 15 anos.



A participação feminina transforma a paz de um mero cessar-fogo em um projeto de construção social duradouro.

Desafios e Barreiras à Participação Plena

Apesar do reconhecimento formal da importância da Resolução 1325 e dos benefícios claros da participação feminina, a realidade no terreno ainda apresenta enormes desafios. O progresso tem sido lento e desigual, e muitas das barreiras que existiam antes da resolução persistem hoje, adaptando-se às novas dinâmicas de conflito. Não basta ter um documento; é preciso vontade política, recursos e, acima de tudo, a superação de preconceitos arraigados.

Pense em um corredor de maratona que, mesmo com todo o treinamento e equipamento, precisa enfrentar um percurso cheio de obstáculos invisíveis: ventos contrários fortes, subidas íngremes inesperadas e até mesmo sabotagens sutis. Assim é a jornada para a plena participação das mulheres na paz e segurança. Barreiras como a falta de vontade política, a escassez de financiamento para iniciativas lideradas por mulheres, as normas sociais e culturais patriarcais, e a própria insegurança física enfrentada por ativistas e líderes femininas em zonas de conflito, tornam o caminho árduo.

Em muitos contextos, mulheres que tentam participar de processos de paz ou de governança pós-conflito são alvo de ameaças, assédio e violência. A representação feminina em mesas de negociação de paz ainda é lamentavelmente baixa, e quando estão presentes, suas contribuições nem sempre são valorizadas. Além disso, a complexidade dos conflitos híbridos e a ascensão de atores não estatais, que muitas vezes não se sentem vinculados às normas internacionais, adicionam camadas de dificuldade, tornando ainda mais desafiador garantir a segurança e a voz das mulheres.

Barreiras Políticas

- Falta de vontade política para implementação efetiva
- Escassez de financiamento para iniciativas lideradas por mulheres
- Representação feminina ainda baixa em mesas de negociação
- Contribuições femininas frequentemente desvalorizadas

Barreiras Socioculturais

- Normas patriarcais que limitam a participação feminina
- Estereótipos sobre capacidades de liderança das mulheres
- Expectativas tradicionais sobre papéis de gênero
- Resistência à mudança em estruturas de poder estabelecidas

Barreiras de Segurança

- Ameaças, assédio e violência contra ativistas e líderes femininas
- Insegurança física em zonas de conflito
- Complexidade dos conflitos híbridos modernos
- Atores não estatais que não respeitam normas internacionais

A jornada para a plena participação das mulheres na paz e segurança é como uma maratona com obstáculos invisíveis: ventos contrários fortes, subidas íngremes inesperadas e até mesmo sabotagens sutis.

Violência Sexual como Arma de Guerra: Uma Chaga Humana

Ao longo da história, a guerra tem sido sinônimo de destruição, morte e sofrimento. No entanto, uma das táticas mais insidiosas e devastadoras, que muitas vezes permanece nas sombras, é o uso da violência sexual como arma de guerra. Não se trata de incidentes isolados ou "efeitos colaterais" do conflito; é uma estratégia deliberada, calculada para aterrorizar populações, desintegrar comunidades, forçar deslocamentos e até mesmo promover a limpeza étnica.

Imagine um exército que, em vez de apenas atirar, usa a tortura psicológica e física mais íntima para quebrar o espírito de um povo. A violência sexual em conflitos armados age exatamente assim. Ela destrói não apenas corpos, mas também famílias, laços sociais e a dignidade humana. É uma tática que visa humilhar, controlar e desumanizar, deixando cicatrizes profundas que perduram por gerações, mesmo após o fim dos combates.

Casos como os estupros em massa na Bósnia, em Ruanda, e mais recentemente, no Congo e em Mianmar, demonstram a escala e a brutalidade dessa prática. Mulheres e meninas são as principais vítimas, mas homens e meninos também podem ser alvos. A violência sexual em conflito é uma grave violação do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, e seu combate é um componente essencial da agenda de paz e segurança, intrinsecamente ligado ao pilar de Proteção da Resolução 1325. Reconhecer essa prática como uma arma de guerra é o primeiro passo para combatê-la eficazmente.

⚠️ A violência sexual em conflitos:

- É uma **estratégia deliberada**, não um "efeito colateral" da guerra
- Visa **aterrorizar populações** e **desintegrar comunidades**
- É usada para **forçar deslocamentos** e promover **limpeza étnica**
- Constitui **grave violação do direito internacional** humanitário
- Deixa **cicatrizes que perduram por gerações**, mesmo após o fim dos combates

Bósnia (1992-1995)

Estupros em massa usados como instrumento de limpeza étnica

1

Congo (1998-presente)

"Capital mundial do estupro" devido à brutalidade e escala da violência sexual

2

3

4

Ruanda (1994)

Violência sexual sistemática durante o genocídio

Mianmar (2017-presente)

Violência sexual contra a minoria Rohingya como parte da perseguição

Combatendo a Violência Sexual: Estratégias e Desafios

Reconhecer a violência sexual como arma de guerra é crucial, mas o desafio real reside em como combatê-la de forma eficaz e garantir justiça para as vítimas. Por muito tempo, a impunidade foi a norma, e o estigma associado à violência sexual silenciava as sobreviventes, dificultando a denúncia e o acesso a apoio. A luta contra essa chaga exige uma abordagem multifacetada, que combine ação legal, apoio humanitário e mudança cultural.

Pense em um incêndio florestal devastador. Não basta apenas apagar as chamas; é preciso investigar a causa, proteger as áreas vizinhas, cuidar dos feridos e, a longo prazo, reflorestar e fortalecer o ecossistema para prevenir futuros incêndios. Da mesma forma, o combate à violência sexual em conflito vai além da condenação. Envolve a responsabilização dos perpetradores através de tribunais nacionais e internacionais, como o Tribunal Penal Internacional, que considera a violência sexual como crime de guerra, crime contra a humanidade e, em alguns casos, genocídio.

Além da justiça, é fundamental oferecer apoio integral às sobreviventes, incluindo assistência médica, psicossocial e legal, muitas vezes liderada por organizações locais de mulheres. A prevenção também é chave, através da educação, do empoderamento feminino e da promoção de normas de gênero mais igualitárias. No entanto, os desafios persistem: a falta de recursos, a dificuldade de acesso a áreas de conflito, a resistência de governos e a persistência de culturas de impunidade. A luta é contínua, exigindo vigilância e compromisso global.

Estratégias de Combate

01

Responsabilização Legal

Julgamento de perpetradores em tribunais nacionais e internacionais como o TPI

02

Apoio às Sobreviventes

Assistência médica, psicossocial e legal abrangente

03

Prevenção

Educação, empoderamento feminino e promoção de normas igualitárias

04

Documentação

Registro sistemático de casos para futura justiça e memória histórica

Desafios Persistentes

- Falta de recursos para programas de apoio e prevenção
- Dificuldade de acesso a áreas de conflito ativo
- Resistência de governos em reconhecer a gravidade do problema
- Persistência de culturas de impunidade
- Estigma que silencia sobreviventes
- Sistemas judiciais fragilizados em zonas de conflito
- Falta de proteção para testemunhas e denunciantes

"O combate à violência sexual em conflito é como enfrentar um incêndio florestal: não basta apagar as chamas; é preciso investigar a causa, proteger as áreas vizinhas, cuidar dos feridos e fortalecer o ecossistema para prevenir futuros incêndios."

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e as Tendências Atuais

A Resolução 1325 foi o ponto de partida, mas a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) é um campo em constante evolução, com resoluções subsequentes do Conselho de Segurança da ONU (como 1820, 1888, 1960, 2106, 2122, 2242 e 2467) que aprofundam e expandem seus princípios. O mundo dos conflitos não é estático; novas ameaças e dinâmicas surgem, e a agenda MPS precisa se adaptar para permanecer relevante e eficaz.

Imagine um mapa que foi desenhado há 20 anos. Embora os principais continentes e oceanos ainda estejam lá, novas cidades surgiram, fronteiras mudaram e rotas de transporte foram alteradas. Para navegar com precisão hoje, você precisa de um mapa atualizado. Da mesma forma, a agenda MPS tem se adaptado às tendências de conflitos contemporâneos, como os **conflitos híbridos**, que mesclam táticas convencionais, irregulares e ciber guerra. Nesses cenários, as mulheres podem ser alvo de novas formas de violência, como assédio online ou desinformação direcionada, e sua participação pode ser dificultada pela complexidade dos atores envolvidos.

O **impacto da tecnologia** é outra área crucial. Enquanto drones e inteligência artificial podem ser usados para vigilância e ataque, a tecnologia também oferece ferramentas para ativistas femininas, como plataformas de denúncia e redes de apoio. No entanto, a desinformação e as redes sociais também podem ser usadas para espalhar ódio e ameaças contra mulheres. Além disso, a crescente influência de **atores não estatais**, como milícias e corporações militares privadas, apresenta desafios únicos, pois esses grupos muitas vezes operam fora do direito internacional, tornando a proteção e a inclusão das mulheres ainda mais complexas. A agenda MPS, portanto, busca integrar essas novas realidades para garantir que a voz e a segurança das mulheres não sejam esquecidas.



Resolução 1325 (2000)

Marco inicial que estabeleceu a agenda Mulheres, Paz e Segurança



Resoluções 1820, 1888, 1960

Foco em violência sexual em conflitos e mecanismos de proteção



Resoluções 2106, 2122, 2242

Fortalecimento da participação e liderança feminina



Resolução 2467 (2019)

Abordagem centrada nas sobreviventes e combate à impunidade

Tendências Atuais	Impactos na Agenda MPS	Adaptações Necessárias
Conflitos Híbridos	Novas formas de violência e complexidade de atores	Estratégias de proteção mais abrangentes e flexíveis
Avanços Tecnológicos	Duplo papel: ferramenta de opressão e de empoderamento	Capacitação digital e proteção contra violência online
Atores Não Estatais	Desafios à aplicação do direito internacional	Novas abordagens de engajamento e responsabilização
Mudanças Climáticas	Aumento de conflitos por recursos e deslocamentos	Integração da perspectiva de gênero na segurança climática

O Papel do Brasil e o Futuro da Agenda MPS

A agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) não é apenas um conceito abstrato da ONU; ela se traduz em ações concretas em nível nacional e local. Países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, têm o desafio e a responsabilidade de implementar os princípios da Resolução 1325 e suas sucessoras. Isso significa não apenas apoiar a agenda em fóruns internacionais, mas também desenvolver políticas e programas internos que promovam a participação feminina e protejam as mulheres em contextos de paz e segurança.

Pense em uma orquestra sinfônica. Cada músico, com seu instrumento e partitura, contribui para a harmonia geral. O Brasil, como um ator relevante no cenário internacional e um país com experiência em operações de paz, tem seu papel a desempenhar nessa orquestra global da paz. O país tem historicamente contribuído com tropas para missões de paz da ONU e, mais recentemente, tem avançado na elaboração de um Plano de Ação Nacional (PAN) para a Resolução 1325, que visa integrar a perspectiva de gênero em suas políticas de defesa, segurança e relações exteriores.

O futuro da agenda MPS aponta para a necessidade de maior financiamento para iniciativas lideradas por mulheres, o fortalecimento da responsabilização por crimes de violência sexual em conflito, e uma abordagem mais **interseccional**. Isso significa reconhecer que as experiências de mulheres em conflito são diversas e moldadas por outros fatores como etnia, deficiência, orientação sexual e status socioeconômico. A agenda busca garantir que a voz de todas as mulheres, especialmente as mais marginalizadas, seja ouvida e que suas necessidades sejam atendidas, construindo uma paz que seja verdadeiramente inclusiva e duradoura para todos.

O Papel do Brasil na Agenda MPS

- Contribuição histórica com tropas para missões de paz da ONU
- Desenvolvimento de um Plano de Ação Nacional (PAN) para a Resolução 1325
- Integração da perspectiva de gênero nas políticas de defesa e segurança
- Promoção da participação feminina em forças armadas e policiais
- Apoio a iniciativas regionais na América Latina

Futuro da Agenda MPS

Financiamento

Maior investimento em iniciativas lideradas por mulheres

Responsabilização

Fortalecimento dos mecanismos de justiça para crimes de violência sexual

Interseccionalidade

Reconhecimento das diversas experiências de mulheres em conflito

Localização

Adaptação da agenda às realidades e necessidades locais

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim de nossa jornada pela Aula 40, onde exploramos a profunda relevância do papel da mulher na paz e segurança, ancorada na histórica Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU. Vimos que a inclusão feminina não é um favor, mas uma estratégia essencial para a construção de acordos de paz mais robustos e duradouros, e que o combate à violência sexual como arma de guerra é uma prioridade humanitária e de segurança. A agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) é um campo dinâmico, que se adapta às novas complexidades dos conflitos globais, exigindo compromisso contínuo e ações concretas de todos os países.

Em prática:

- Reconheça a importância da diversidade de vozes em qualquer processo de tomada de decisão, especialmente em contextos de crise.
- Compreenda que a violência sexual em conflito é uma tática deliberada e uma grave violação de direitos humanos.
- Apoie iniciativas que promovam a participação feminina em todos os níveis da sociedade e na construção da paz.
- Esteja ciente de como as novas tecnologias e os atores não estatais impactam a segurança das mulheres em conflitos.

Autoavaliação

- Qual dos seguintes pilares NÃO faz parte da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU? a) Participação b) Proteção c) Prevenção d) Sanções Econômicas
- A principal razão pela qual a participação feminina é considerada crucial em processos de paz é que: a) Garante a representatividade de gênero em todas as negociações. b) Mulheres são naturalmente mais pacíficas e menos propensas a conflitos. c) Acordos de paz que incluem mulheres tendem a ser mais duradouros e abrangentes. d) É uma exigência legal para todos os países membros da ONU.
- O uso da violência sexual em conflitos armados é classificado como: a) Um efeito colateral inevitável da guerra. b) Uma tática deliberada para aterrorizar e desintegrar comunidades. c) Um crime menor, geralmente não punível por tribunais internacionais. d) Uma questão de ordem interna de cada país em conflito.
- As "Informações Atualizadas e Tendências Incorporadas" mencionadas na aula (como conflitos híbridos e impacto da tecnologia) afetam a agenda MPS porque: a) Tornam a agenda obsoleta e irrelevante. b) Criam novas formas de violência e desafios para a participação feminina. c) Simplificam a implementação da Resolução 1325. d) Reduzem a necessidade de proteção para mulheres em zonas de conflito.

? Questão Discursiva:

Explique, com suas palavras, por que a Resolução 1325 foi considerada um "marco" na abordagem da paz e segurança internacional, considerando o cenário anterior à sua aprovação.

Gabarito

1

Resposta: d) Sanções Econômicas

Os pilares da Resolução 1325 são: Participação, Proteção, Prevenção e Socorro e Recuperação. Sanções Econômicas não fazem parte desses pilares fundamentais.

2

Resposta: c) Acordos de paz que incluem mulheres tendem a ser mais duradouros e abrangentes.

Estudos mostram que a participação feminina em processos de paz resulta em acordos mais sustentáveis, que abordam questões sociais além do cessar-fogo, como saúde, educação e justiça.

3

Resposta: b) Uma tática deliberada para aterrorizar e desintegrar comunidades.

A violência sexual em conflitos é reconhecida como uma estratégia calculada, usada para humilhar, controlar e desumanizar populações, não sendo um efeito colateral inevitável.

4

Resposta: b) Criam novas formas de violência e desafios para a participação feminina.

As novas tendências de conflito, como guerras híbridas e o uso de tecnologias, apresentam desafios adicionais que exigem adaptação da agenda MPS para continuar protegendo e incluindo mulheres.

Gabarito Discursiva:

A Resolução 1325 foi um marco porque, antes dela, a participação e o impacto das mulheres em conflitos e processos de paz eram largamente ignorados ou subestimados. Ela formalmente reconheceu o impacto desproporcional dos conflitos sobre mulheres e meninas, e, crucialmente, a contribuição essencial que as mulheres podem dar para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, bem como para a construção da paz, exigindo sua inclusão em todos os níveis de tomada de decisão.

✔ Pontos-chave para uma resposta completa:

- Reconhecimento do impacto desproporcional dos conflitos sobre mulheres
- Valorização da contribuição feminina para processos de paz
- Exigência de inclusão em todos os níveis de tomada de decisão
- Mudança de paradigma na abordagem de paz e segurança
- Contraste com o cenário anterior de exclusão feminina

Próxima Aula e Recursos Adicionais

Próxima Aula:

Na Aula 41, encerraremos nosso curso com a "Avaliação de Intervenções de Paz e Conclusão do Curso", onde analisaremos a eficácia das diferentes abordagens para a manutenção da paz e consolidaremos todo o conhecimento adquirido.

Recursos Adicionais:



UN Women

Para relatórios e publicações sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança.



Conselho de Segurança da ONU

Para acesso direto às resoluções e debates sobre o tema.

NOTA IMPORTANTE: As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.



"A paz não é apenas a ausência de guerra, mas a presença de justiça e igualdade para todos, especialmente para aqueles historicamente excluídos das mesas de decisão."

Revisão do Curso

Prepare-se para a aula final revisando os conceitos-chave sobre análise de conflitos, mediação internacional e o papel de diferentes atores na construção da paz.

Projeto Final

Considere como você aplicará os conhecimentos sobre a agenda MPS em seu trabalho acadêmico ou profissional futuro.

Certificação

Não se esqueça de completar todas as avaliações para garantir suas horas complementares e certificação do curso.